

CARGO
AUDITOR

EDITAL Nº 039/2021

LEIA ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Leia atentamente as informações abaixo e, em seguida, assine no espaço reservado.
2. Este caderno contém, respectivamente, uma proposta de Redação e 50 questões de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 - Língua Portuguesa; 11 a 20 - Legislação; 21 a 50 - Conhecimentos Específicos.
3. Lembre-se que, de acordo com o item 8.2 do Edital 05/2021, **há apenas uma alternativa que responde cada questão.**
4. Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
5. A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na Folha de Redação fornecida pela CPPS.
6. Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não peça esclarecimentos aos fiscais.
7. A CPPS exige o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
8. Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
9. Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
10. Você dispõe de, no máximo, quatro horas para redigir o texto definitivo na Folha de Redação, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
11. O preenchimento da Folha de Resposta e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
12. O candidato, ao terminar as provas, entregará ao fiscal de sala o caderno de provas juntamente com a Folha de Respostas referente às provas de múltipla escolha, bem como a folha definitiva da prova de Redação.
13. Somente após cumprido três horas de prova, o candidato poderá sair da sala de aplicação com seu caderno de prova.

Assinatura do candidato: _____

Número de inscrição: _____ CPF: _____

No Brasil, a liberdade de imprensa é considerada um direito fundamental e está garantida na Constituição Federal, em seus artigos 5º e 220.

TEXTO 1

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra, e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário, ao exercício profissional.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

Em nome do pleno exercício da liberdade de imprensa e de expressão, temos visto, no Brasil, uma mídia que nos faz refletir acerca dos limites da publicização da intimidade, da privacidade e da honra de pessoas públicas e anônimas. Têm sido comuns casos em que a mídia noticia questões relacionadas à vida privada, explorando, por exemplo, em rede nacional, sequestros, incêndios, agressões, relações conjugais e extraconjugais e até mesmo casos de aborto e adoção, que, a priori, não deveriam ter seus desfechos influenciados a partir da intervenção midiática. Essa atuação tem despertado a população para o debate no que diz respeito ao papel da mídia e aos limites de sua atuação, sendo avaliada em diferentes áreas, conforme os textos abaixo:

TEXTO 2

A mídia, a cada dia que passa, vem ganhando espaço na sociedade. [...]. Quando ela transmite uma notícia, começa a construir uma realidade. A mídia exerce a função de controle social, no momento em que expõe suas opiniões através das notícias, sendo considerada, não raro, como o quarto poder, dada a força das suas posições e influência sobre a sociedade.

[...]

Porém, estes meios de comunicação transmitem uma série de acontecimentos, informações, fazendo que toda a população usuária, construa uma opinião sobre um determinado assunto. A mídia acaba sendo formadora de um controle social, na medida em que ela dita comportamentos, modismos, costumes e ideologias. [...]

Fonte: Freitas (2018). Disponível em <https://crisrocha80.jusbrasil.com.br/artigos/549048825/a-influencia-da-midia-nos-casos-de-grande-repercussao-no-brasil>. Acesso em: 27 jun. 2022.

TEXTO 3



desenhosdonando



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CfUOr5cJYAj/>.
Acesso em: 28 jun. 2022

Você foi convidado para escrever um **ARTIGO DE OPINIÃO** a ser publicado em um jornal de grande circulação nacional, para se posicionar sobre a seguinte questão:
Qual pode ser o papel do Estado em situações em que a mídia viola a intimidade e a honra das pessoas, alegando liberdade de expressão e de imprensa?

INSTRUÇÕES

O texto deverá ser escrito, com caneta, na modalidade formal da Língua Portuguesa, e ter entre **16 e 60** linhas.

SERÁ ATRIBUÍDA NOTA 0 (ZERO) A PROVA QUE:

- | | |
|---|--|
| A) Estiver em branco; | E) For redigida de forma ilegível; |
| B) Não for redigida no gênero/tipo textual requerido na proposta; | F) Não for escrita com caneta preta; |
| C) Fugir completamente ao tema da proposta da redação; | G) Apresentar identificação do candidato fora do espaço reservado; |
| D) For redigida fora do espaço destinado ao texto definitivo na Folha de Redação; | H) Contiver quantidade de linhas inferior ou superior ao determinado na proposta da redação. |

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Leia o texto abaixo para responder às questões.

VIOLÊNCIA POLICIAL: A LINHA TÊNUE QUE NOS SEPARA DO ABISMO

Domingo de sol, peguei o carro e fui com a família almoçar em um restaurante da Zona Sul de Porto Alegre onde costumamos ir. Chegando lá, passamos em frente a um posto da Brigada Militar, que fica na esquina de uma movimentada avenida. Na rua lateral, um homem, negro e maltrapilho, esbravejava e sacudia a grade de ferro do posto da BM. Passando de carro, não dava para entender direito o que dizia, mas, em seguida, ficamos sabendo que reclamava dos policiais por não lhe terem prestado atendimento, tendo sido vítima de um furto perto dali.

Assim que estacionei o carro, uns 20 metros à frente, percebi que uma viatura policial se aproximava em alta velocidade e com a sirene ligada. A viatura parou em frente ao posto, logo atrás de mim, e dois policiais muito jovens, um homem e uma mulher, desceram correndo, de cassetete em punho. Ao se aproximarem do sujeito, ao invés de interpelá-lo, partiram direto para a agressão. Enquanto o policial espancava as costas, a colega batia com o cassetete em suas pernas, fazendo-o cambalear e cair de joelhos na calçada. O homem já estava rendido, e as agressões continuavam.

Ao descer do carro e presenciar a cena a poucos metros de distância, não tinha como me manter indiferente ao que acontecia. Avancei em direção aos policiais e simplesmente gritei: “O que é isso? Não batam nele! Que tipo de abordagem é essa?” Imediatamente os dois policiais parece que caíram em si, e pararam de espancar o coitado. Ao perceberem uma reação ao que faziam, enquanto os comerciantes e transeuntes à volta já se aglomeravam e assistiam indiferentes (afinal, era um pobre coitado, e estava causando problema), os policiais talvez tenham se dado conta de que estavam diante de um ser humano, que não oferecia risco algum, e que não havia justificativa para uma abordagem violenta como aquela. Naqueles poucos instantes, foi possível perceber como pode operar a desumanização e a onipotência de uma corporação policial, na mentalidade e nas práticas de seus integrantes.

Herdeiras de uma cultura inquisitorial e burocrática, estruturadas muito mais para a manutenção da “ordem pública” do que para a prestação de serviços de segurança, as polícias civis e militares ostentam um histórico nada edificante na relação com o seu público: os ditos cidadãos. Seja quando necessitam do atendimento no “balcão” da delegacia para um registro de ocorrência, ou quando se deparam com uma abordagem policial de rotina, a regra é uma grande desconfiança da sociedade para com suas polícias, seja pela falta de estrutura para dar conta da demanda, ou pela imprevisibilidade da ação de policiais muitas vezes mal preparados e, ao mesmo tempo, “empoderados” para lidarem com um público que é visto mais como um problema do que como o destinatário final de um serviço. Fato é que, nestes 30 anos que nos separam da volta à democracia, com a Constituição Cidadã, ainda não fomos capazes de reestruturar as polícias e colocá-las de fato a serviço da cidadania.

O déficit democrático, nesse sentido, é imenso. Em uma sociedade marcada por conflitos de toda ordem, que colocam, muitas vezes, frente a frente indivíduos incapazes de tratar civilizadamente suas diferenças, as polícias são o braço mais próximo e mais presente do Estado em vários contextos e poderiam cumprir um papel fundamental para a administração de conflitos de forma a reduzir o recurso à violência. É o que se esperava, por exemplo, com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro. Pesquisas mostraram, no entanto, que no imaginário dos policiais que atuavam nas UPPs, era considerado mais interessante ir para o confronto armado com traficantes do que ser um canal de pacificação e diálogo, nos moldes de um policiamento comunitário, no interior da favela.

Nestas três décadas de democracia, algumas iniciativas foram tomadas para mudar este quadro. O investimento em formação, por exemplo, gerou experiências importantes, e contribuiu para a qualificação e a reciclagem dos policiais para atuarem em democracia. Porém, o currículo oferecido pelos cursos de formação continuou convivendo com o famoso currículo oculto, aprendido com os colegas antigos na rua, e orientador das práticas que se reproduzem ao longo do tempo.

Se o quadro geral já não era nada animador, a crise política que se abateu sobre o país nos últimos anos acabou por soterrar qualquer perspectiva de uma mudança mais ampla das estruturas e das práticas policiais. A ideia corrente é a de que, se uma maioria parlamentar toma para si o poder de encurtar um mandato presidencial por “pedalada fiscal”, e se o próprio Poder Judiciário se curva à lógica do pragmatismo para o combate ao crime, deixando de lado normas explícitas da Constituição e do Processo Penal, o jogo virou. Tem se tornado lugar-comum ouvir secretários de segurança justificando a violência e a exclusividade dos direitos humanos para “humanos direitos”, jogando para a torcida em uma sociedade amedrontada e refém da violência, justamente pela incapacidade dos gestores oferecerem respostas efetivas e eficazes, e não um discurso populista.

Os números da violência policial, embora muitas vezes subnotificados, comprovam esta deriva democrática. Enquanto em 2009 o número de mortes em decorrência de intervenção policial no Brasil foi de 2.177, em 2016 foram 4.224 mortes, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. No Rio Grande do Sul, dados colhidos pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública mostram que o número de denúncias de violência praticada pelas polícias em Porto Alegre saltou de 73 casos em 2013 para 234 casos em 2016, e quase o dobro disso em 2017.

Para quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais, o que se ouve agora é que “esse pessoal dos Direitos Humanos” vai ter o que merece, e o combate ao crime legitima ações contra a lei das próprias instituições policiais, chanceladas depois pelo Ministério Público e pelo próprio Poder Judiciário. Como já alertou uma vez Pedro Aleixo, quando exercia a vice-Presidência do país no governo Costa e Silva, sobre as consequências do AI5, “Presidente, o problema de uma lei assim não é o senhor, nem os que com o senhor governam o país; o problema é o guarda da esquina”.

O mesmo poderia ser dito agora, quando se fragilizam regras constitucionais, o Poder contramajoritário se curva aos ditames da “opinião pública” e os responsáveis pela segurança pública legitimam discursivamente a violência policial. Em algum momento, será preciso recolocar o guizo no gato, caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial e para a consolidação de um Estado de Polícia, no qual o indivíduo é como o personagem Josef K., em O Processo, um mero detalhe frente ao funcionamento das engrenagens repressivas, que assumem uma racionalidade própria e alheia ao interesse público. E onde qualquer um pode ser a próxima vítima.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo é graduado em Direito e doutor em Sociologia pela UFRGS. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (Gpesc) e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É pesquisador associado e membro do Comitê Gestor do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC), e pesquisador do CNPq.

Texto publicado no jornal Correio Braziliense, em 5 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.ineac.uff.br/index.php/21-artigos/181-violencia-policial-a-linha-tenu-que-nos-separa-do-abismo> Acesso em: 27 jun. 2022. Adaptados para fins didáticos.

/ QUESTÃO 01.

O excerto do texto que melhor poderia sintetizar o posicionamento assumido pelo autor ao longo do texto é:

- a) “Naqueles poucos instantes, foi possível perceber como pode operar a desumanização e a onipotência de uma corporação policial na mentalidade e nas práticas de seus integrantes.”
- b) “Fato é que, nestes 30 anos que nos separam da volta à democracia, com a Constituição Cidadã, ainda não fomos capazes de reestruturar as polícias e colocá-las de fato a serviço da cidadania.”
- c) “Em uma sociedade marcada por conflitos de toda ordem, que colocam, muitas vezes, frente a frente indivíduos incapazes de tratar civilizadamente suas diferenças, as polícias são o braço mais próximo e mais presente do Estado.”
- d) “Em algum momento, será preciso recolocar o guizo no gato, caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial e para a consolidação de um Estado de Polícia [...]”

/ QUESTÃO 02.

Nos três primeiros parágrafos do texto, a sequência textual predominante é:

- a) Descritiva, já que o autor qualifica uma determinação ação, utilizando adjetivações e verbos no pretérito imperfeito do indicativo.
- b) Explicativa, porque o autor esclarece um determinado assunto, utilizando verbos, em sua maioria, no tempo presente do indicativo.
- c) Argumentativa, uma vez que o autor apresenta seu posicionamento diante de um fato, recorrendo a verbos no modo imperativo.
- d) Narrativa, pois o autor apresenta um relato, utilizando verbos no pretérito perfeito do indicativo para demarcar o encadeamento de ações.

/ QUESTÃO 03.

Sobre a progressão temática do texto, é correto afirmar que:

- a) O quarto parágrafo serve apenas de contextualização para a apresentação da tese do autor nos parágrafos seguintes.
- b) O sexto parágrafo desenvolve a ideia central do texto, que se desdobra em ideias secundárias discutidas nos parágrafos seguintes.
- c) O sétimo parágrafo acrescenta novos argumentos à discussão, mantendo a orientação argumentativa dos parágrafos anteriores.
- d) O oitavo parágrafo elabora uma contra-argumentação às ideias apresentadas no parágrafo anterior.

/ QUESTÃO 04.

A leitura do trecho “Para quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais, o que se ouve agora é que “esse pessoal dos Direitos Humanos” vai ter o que merece [...]” permite-nos afirmar que:

- a) O autor utiliza a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” para demarcar a sua identificação ideológica com esse grupo, já referenciado pela oração “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.
- b) O autor recorre à expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” para sinalizar o seu distanciamento ideológico em relação ao referido grupo, embora se reconheça como “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.

- c) O autor usa a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” em oposição a “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais” para evidenciar discursos contrários sobre um mesmo grupo.
- d) O autor emprega a expressão “esse pessoal dos Direitos Humanos” com o intuito de esclarecer ao leitor a que grupo ele se refere quando fala de “quem acompanha e milita por uma conversão democrática das instituições policiais”.

/ QUESTÃO 05.

Pode-se dizer que, na conclusão do texto, o autor

- a) Expõe o que deveria ser feito a fim de evitar possíveis consequências da legitimação da violência policial.
- b) Sintetiza as razões pelas quais ele acredita que as forças policiais são fundamentais para a administração de conflitos.
- c) Retoma o argumento de que a crise política é a principal causa do descrédito das instituições policiais na sociedade.
- d) Reforça o despreparo das polícias brasileiras para atuarem na democracia.

/ QUESTÃO 06.

A concordância consiste na adaptação de certas palavras aos gêneros, número e pessoa de uma determinada palavra no contexto linguístico. Pensando assim, o termo “herdeiras”, no início do quarto parágrafo, concorda com:

- a) Uma cultura inquisitorial e burocrática.
- b) A manutenção da “ordem pública” e da prestação e serviços.
- c) As polícias civis e militares.
- d) Os ditos cidadãos.

/ QUESTÃO 07.

Alguns termos podem ser dispensados, apagados ou eliminados da oração porque são facilmente recuperáveis, pelo interlocutor, no contexto linguístico imediato. Assim, marque a alternativa que preenche o sujeito dos verbos destacados no período: “Seja quando **necessitam** do atendimento no “balcão” da delegacia para um registro de ocorrência, ou quando se **deparam** com uma abordagem policial de rotina...”

- a) No contexto do período, percebe-se que o sujeito de ambos os verbos destacados é “as polícias civis e militares”.
- b) No contexto do período, percebe-se que o sujeito de ambos os verbos destacados é “os ditos cidadãos”.
- c) No contexto do período, percebe-se que o sujeito do primeiro verbo destacado é “a prestação de serviços dos policiais”, e no segundo, é a “ação de policiais”.
- d) No contexto do período, percebe-se que o sujeito do primeiro verbo destacado é “as polícias civis e militares”, e no segundo, é “a prestação de serviços dos policiais”.

/ QUESTÃO 08.

Leia a frase abaixo retirada do texto. Em seguida, julgue as afirmativas sobre ela e marque a alternativa correta quanto à organização sintática da sentença.

“É o que se esperava, por exemplo, com o programa das Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro.”

- I. A expressão “o que” exerce a função de sujeito do verbo “esperar”.
- II. Essa frase é composta por três orações.
- III. O pronome “se” exerce a função de índice de indeterminação do sujeito.
- IV. A expressão “o que” exerce a função de objeto do verbo “esperar”.

- a) I e III
- b) II e IV
- c) III e IV
- d) I e II

/ QUESTÃO 09.

Releia os excertos destacados do texto. Marque a alternativa correta quanto ao uso da vírgula.

- I. “O investimento em formação, por exemplo, gerou experiências importantes, e contribuiu para a qualificação e a reciclagem dos policiais para atuarem em democracia.”
 - II. “Pesquisas mostraram, no entanto, que no imaginário dos policiais que atuavam nas UPPs, era considerado mais interessante ir para o confronto armado com traficantes do que ser um canal de pacificação e diálogo, nos moldes de um policiamento comunitário, no interior da favela.”
- a) Na frase II, o uso das vírgulas entre a expressão “no entanto” se justifica pelo fato de ser uma locução conjuntiva deslocada.
 - b) Na frase I, o uso da vírgula após a palavra “importantes” está inadequado, pois separa duas orações aditivas.
 - c) Na frase I, o uso das vírgulas entre a expressão “por exemplo” é opcional.
 - d) Na frase II, o uso das vírgulas entre “nos moldes de um policiamento comunitário” se justifica pelo fato de ser uma oração explicativa intercalada.

/ QUESTÃO 10.

Analise o período abaixo quanto às relações sintático-semânticas estabelecidas entre os seus elementos. Em especial, observe a função sintática do item **que**, em destaque. Marque a alternativa em que a função sintática do item destacado corresponde à função sintática do **que** no excerto:

*“a crise política **que** se abateu sobre o país nos últimos anos acabou por soterrar qualquer perspectiva de uma mudança mais ampla das estruturas e das práticas policiais.”*

- a) “**Assim que** estacionei o carro, uns 20 metros à frente...”
- b) “...percebi **que** uma viatura policial se aproximava em alta velocidade e com a sirene ligada.”
- c) “...caso contrário continuaremos marchando celeremente para novos recordes de violência policial, e para a consolidação de um Estado de Polícia, **no qual** o indivíduo é como o personagem Josef K., em O Processo ...”
- d) “...um mero detalhe frente ao funcionamento das engrenagens repressivas, **que** assumem uma racionalidade própria e alheia ao interesse público.”

PROVA DE LEGISLAÇÃO

/ QUESTÃO 11.

Levando em conta o disposto na Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, é CORRETO afirmar:

- a) Nos casos de corrupção, a pena a ser aplicada é a de demissão.
- b) O processo disciplinar, independentemente do relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração para julgamento.
- c) É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, exceto o prestado às Forças Armadas.
- d) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença, exceto nos casos em que o trabalho a ser exercido seja compatível com as atividades laborais do servidor.

/ QUESTÃO 12.

Com relação aos deveres e proibições imputados ao servidor público pela Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, marque a assertiva CORRETA:

- a) Ao servidor público é proibido coagir ou aliciar subordinados a filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político, exceto se fora do ambiente de trabalho.
- b) É proibido ao servidor público exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- c) É dever do servidor público cumprir toda e qualquer ordem superior e exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, atender com presteza, sem necessidade de observar as normas legais.
- d) É facultado ao servidor representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

/ QUESTÃO 13.

A Lei nº 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990 quando trata do regime jurídico dos servidores públicos no âmbito federal, e discorre sobre direitos e deveres dos servidores, desde sua nomeação, suas atribuições até a possíveis desligamentos. Deste modo, analise as seguintes assertivas e marque a CORRETA:

- a) As atribuições do cargo no qual o servidor será empossado podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei, além dos nominados na Lei nº 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990.
- b) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, independentemente de tratar-se de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
- c) A redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- d) Além do vencimento e das vantagens previstas na Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990 o servidor terá direito ao adicional por tempo de serviço.

/ QUESTÃO 14.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990, marque a alternativa CORRETA.

- a) Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou avô ou avó, mesmo que não dependa que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, independentemente de comprovação por perícia médica oficial.
- b) O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no país.

- c) Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.
- d) Considerar-se-á incorrendo em falta por inassiduidade habitual o servidor que faltar ao serviço, sem ou com causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

/ QUESTÃO 15.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, 11 de dezembro de 1990, está CORRETA a seguinte assertiva:

- a) Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público.
- b) À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada.
- c) Após o trânsito em julgado, o beneficiário condenado pela prática de um crime que tenha dolosamente resultado a morte do servidor, não deixa de perceber o benefício de pensão.
- d) Para os fins desta lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter itinerante.

/ QUESTÃO 16.

Em relação ao processo administrativo federal, regulamentado pela Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro 1999, é CORRETO afirmar que:

- a) A publicidade é a regra para os atos do processo, que devem ter divulgação oficial em qualquer hipótese.
- b) O administrado só pode ser assistido por advogado nos casos em que a lei exigir a defesa técnica.
- c) A autoridade perante a qual se deve iniciar um processo administrativo, como regra geral, é aquela de maior grau hierárquico, a não ser que exista alguma norma que estabeleça a competência de modo específico.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência dos atos. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

/ QUESTÃO 17.

Considere as afirmações abaixo e aponte a CORRETA:

- a) O recurso administrativo perante decisão que rejeita alegação de suspeição tem efeito suspensivo.
- b) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, antes da decisão do processo, o órgão competente poderá abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros.
- c) O desatendimento da intimação resulta no reconhecimento verdadeiro dos fatos e, conseqüentemente, na renúncia a direito pelo administrado.
- d) Os atos do processo administrativo não podem acontecer fora da sede do órgão, razão pela não se pode acessar quaisquer informações remotamente.

/ QUESTÃO 18.

Leia o que se afirma e marque a assertiva **INCORRETA**, de acordo com o que a Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro e 1999, estabelece a respeito da instrução no processo administrativo federal.

- a) Quando um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo administrativo não terá seguimento até que ele seja apresentado, e quem der causa ao atraso deve ser responsabilizado.

- b) Quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.
- c) A autoridade que conduz o processo administrativo deve solicitar que terceiros ou interessados prestem informações ou apresentem provas sempre que necessário. Caso a intimação para esse fim não seja atendida, o órgão competente não pode suprir de ofício essa omissão.
- d) Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução. Inclusive, quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, a obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

/ QUESTÃO 19.

Leia o que se afirma e marque a alternativa CORRETA, de acordo com o que a Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro e 1999, estabelece sobre o processo administrativo federal.

- a) O órgão só poderá declarar extinto o processo quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.
- b) Quando, no recurso administrativo, alega-se que a decisão recorrida contraria súmula vinculante, a autoridade que prolatou a decisão recorrida, caso não a reconsidere, tem o dever de explicitar as razões do entendimento e posição que adotou em relação à súmula.
- c) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração. No entanto, a convalidação não poderá ser realizada de ofício se acarretar lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- d) A norma administrativa deve ser interpretada da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, permitida a aplicação retroativa de nova interpretação.

/ QUESTÃO 20.

Aponte a assertiva INCORRETA, conforme o que determina a Lei nº 9.784/99, 29 de janeiro e 1999:

- a) O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, a qualquer tempo, em razão do princípio da autotutela administrativa, que, para a administração pública, prevalece em relação ao princípio de segurança jurídica.
- b) Os interessados no processo têm direito à produção de provas. A autoridade só pode recusar as provas quando forem ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias e tem obrigação de fundamentar essa decisão.
- c) São impedidos de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria, que tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante - aplicando-se tal impedimento também aos cônjuges, companheiros ou parentes e afins, até o terceiro grau -, ou que tenham litigância judicial ou administrativa com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- d) O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICOS

/ QUESTÃO 21.

A natureza específica do tributo, diferentemente de outros tipos de receita, é determinada pelo fato gerador, sendo irrelevante para caracterizá-lo. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A sua denominação.
- b) A destinação legal do produto de sua não arrecadação.
- c) A sua especificidade.
- d) A sua frequência.

/ QUESTÃO 22.

As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador: Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A atividade da administração pública.
- b) A não utilização, efetiva ou potencial, de serviço privado específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- c) O exercício regular do poder de polícia administrativa.
- d) A prestação estatal geral indiretamente referida ao contribuinte.

/ QUESTÃO 23.

Com relação aos testes de auditoria, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A utilização de testes de auditoria pressupõe razoável conhecimento das situações a serem auditadas. Pelo teste, o auditor é capaz de fundamentar juízo exclusivamente quanto aos elementos examinados.
- b) Os testes podem ser classificados em: testes de aderência ou observância e testes substantivos. Os testes aplicados nas transações de revisão analítica que procuram fornecer evidências de auditoria quanto ao oportunismo, à estimativa, à nulidade dos registros da entidade
- c) Testes de aderência ou observância consistem em um conjunto de procedimentos de auditoria destinado a confirmar se as funções críticas de controle interno estão sendo efetivamente executadas. Tem como objetivo identificar a existência, efetividade e continuidade dos controles internos.
- d) Testes substanciais consistem em testes aplicados nas transações de revisão analítica que procuram fornecer evidências de auditoria quanto ao oportunismo, à estimativa, à nulidade dos registros da entidade. Têm como objetivo identificar a existência, ocorrência, a especificidade, programação e mensuração dos componentes patrimoniais, transações e operações da entidade.

/ QUESTÃO 24.

Em conformidade com a Lei n.º 8.443/1992, de 16 de julho de 1992 art. 9.º, integrarão a tomada ou prestação de contas, inclusive, a tomada de contas especial, durante outros elementos estabelecidos no Regimento Interno, os seguintes instrumentos, **EXCETO**:

- a) Relatório de gestão.
- b) Relatório do tomador de contas, quando couber.

- c) Relatório e certificado de gestão, com o parecer do auditor do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas.
- d) Pronunciamento do ministro de Estado supervisor da área ou da autoridade de nível hierárquico equivalente, na forma do art. 52 da Lei nº 8443/92, de 16 de julho 1992.

/ QUESTÃO 25.

Assinale a alternativa **CORRETA** quanto às classificações de Constituições:

- a) São rígidas as Constituições que são reformáveis através de processos simplificados, com requisitos e *quorum* equivalentes aos utilizáveis em leis ordinárias.
- b) São flexíveis as Constituições que podem ser reformadas através de requisitos menos complexos e solenes. Portanto, nelas, permitem-se modificações através de requisitos equivalentes aos utilizados em processos legislativos aplicáveis à aprovação ou à revogação de leis ordinárias.
- c) São prolixas as Constituições estruturadas em breves capítulos que anunciam princípios gerais e a organização do Estado.
- d) São concisas as Constituições estruturadas de maneira longa, extensa, de modo a contemplar matérias alheias ao Direito Constitucional.

/ QUESTÃO 26.

Assinale a alternativa **CORRETA** no que concerne ao controle de constitucionalidade:

- a) O controle de constitucionalidade é uma consequência do avanço das Constituições rígidas.
- b) O controle de constitucionalidade é indispensável em Constituições flexíveis.
- c) O controle de constitucionalidade formal é estritamente de natureza política.
- d) O controle de constitucionalidade material é predominantemente jurídico, desconsiderando o conteúdo da norma constitucional.

/ QUESTÃO 27.

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a nova lei de licitações (Lei n. 14.133/2021, 1 de abril de 2021) e suas definições:

- a) Quanto aos sujeitos, considera-se licitante pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável à qualidade de licitante, para os fins da nova lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.
- b) Quanto aos sujeitos, considera-se licitante pessoa física ou jurídica, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável à qualidade de licitante, para os fins da nova lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta, sendo vedada a participação de consórcio de pessoas jurídicas.
- c) Considera-se sistema de registro de preços o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações imediatas.
- d) Considera-se ata de registro de preços o documento não vinculante e facultativo, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições que podem ser praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas.

/ QUESTÃO 28.

A responsabilidade primária na prevenção e identificação de fraude e erros é da administração da entidade, através da implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno. Entretanto, o auditor deve planejar seu trabalho de forma a detectar fraudes e erros que impliquem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. Considerando a afirmativa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Observa-se a importância de um bom sistema de controle interno capaz de detectar impropriedade ou ilegalidade no processo de trabalho. É bom frisar que o trabalho do auditor é de certificar ou autenticar o correto processo de trabalho, pois a responsabilidade pelo controle é da entidade auditada.
- b) Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas, informando sobre os possíveis efeitos no seu parecer, caso elas não sejam adotadas.
- c) Durante o trabalho de auditoria, é importante que haja, sempre que possível, a comunicação entre auditor e auditado. Na hipótese de se constatar uma ocorrência não relevante, o auditor deve demonstrar a situação encontrada ao auditado, de modo a promover a sua conscientização e, por consequência, as correções necessárias.
- d) A primeira fase no processo de auditoria compreende a conscientização e o convencimento do auditado, bem como a comunicação verbal, que deve pautar, sempre que possível, na relação auditor e auditado.

/ QUESTÃO 29.

O Plano de Auditoria é um documento que apresenta um rol de auditorias programadas, aprovadas pela entidade, que tem por finalidade dar cumprimento às competências legais e constitucionais de instituição auditada. De acordo com essa afirmativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Plano de Auditoria de ser submetido na forma de minuta à autoridade superior para avaliação e aprovação, contendo para cada auditoria proposta seu objetivo, com respectivo objeto, o prazo previsto para sua realização, bem como a justificativa de não inclusão da auditoria no plano.
- b) A aprovação do Plano de Auditoria autoriza a área auditora à emissão das respectivas Ordens de Serviço para início da realização dos resultados de auditoria. Outras fiscalizações podem surgir após a aprovação do Plano. No entanto, essa nova auditoria deverá ser aprovada por quem de direito antes de seu início.
- c) A composição do plano deve ser, portanto, apresentada com introdução, objeto, objetivo geral e específicos, problema, justificativa, previsão de tempo para cada auditoria, referencial e considerações finais.
- d) O Plano de Auditoria deve ser aprovado com a divulgação de seu conteúdo para não frustrar a sua execução, uma vez que alguns trabalhos não necessitam do fator surpresa para dar efetividade aos resultados a serem alcançados.

/ QUESTÃO 30.

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a Tributação e o Orçamento na Constituição de 1988:

- a) As limitações constitucionais ao poder de tributar são declaradas em rol taxativo.
- b) As limitações constitucionais ao poder de tributar são majoritariamente reconhecidas através de regras jurídicas e não de princípios.
- c) As limitações constitucionais ao poder de tributar são aplicáveis exclusivamente à União e aos Estados.
- d) As limitações constitucionais ao poder de tributar têm *status* de cláusulas pétreas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

/ QUESTÃO 31.

Quanto ao tema da administração pública direta e indireta, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Cabe exclusivamente à lei ordinária específica a criação de autarquias e a autorização de instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- b) A administração pública direta federal se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República, dispensando-se o auxílio dos ministérios.
- c) A administração pública indireta federal compreende as categorias de entidades com personalidades jurídicas próprias, como as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, todas criadas por lei ordinária específica, após a Constituição de 1988.
- d) As fundações públicas são entidades dotadas exclusivamente de personalidade jurídica de direito público. Compreende as categorias de entidades com personalidades jurídicas próprias, como as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista.

/ QUESTÃO 32.

Sobre o conceito de custo do serviço, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- b) Custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de plano de benefício definido) ou de redução (redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos pelo plano).
- c) Os custos de administração e impostos devidos (com exceção daqueles não incluídos no cálculo do preço de liquidação).
- d) Qualquer ganho ou perda na liquidação (diferença entre o valor presente da obrigação de benefício definido que estiver sendo liquidada e o preço de liquidação, incluindo quaisquer ativos do plano transferidos e quaisquer pagamentos feitos diretamente pela entidade referente à liquidação).

/ QUESTÃO 33.

Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos - União, Estados, Distrito Federal e municípios -, são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Qual dos citados abaixo **NÃO** integra os princípios orçamentários, que têm sua existência e aplicação derivada de normas jurídica?

- a) Universalidade.
- b) Orçamento bruto.
- c) Publicidade.
- d) Especificidade.

/ QUESTÃO 34.

Sobre o Programa de Auditoria governamental, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O Programa de Auditoria é o plano de ação genérico, destinado a orientar adequadamente o trabalho do administrador, permitindo-lhe, ainda, complementá-lo quando circunstâncias imprevistas o recomendarem.

- b) O Programa de Auditoria constitui-se no desenvolvimento do Plano de Auditoria, executado previamente aos trabalhos de campo, embasado em objetivos definidos e nas informações disponíveis sobre as atividades da entidade auditada.
- c) O Programa de Auditoria deverá contemplar todas as informações disponíveis e necessárias ao desenvolvimento de cada trabalho a ser realizado, com vistas a determinar a extensão e profundidade deste, considerando a legislação específica, o resultado das auditorias anteriores, normas próprias da entidade a ser auditada.
- d) A elaboração de um adequado Programa de Auditoria deve incluir: determinação precisa do objetivo da auditoria; definição e alcance; identificação da documentação; material a ser utilizado; estabelecimento de técnicas apropriadas; estudo e avaliação; programa de controle; papéis de trabalho e nota de trabalho.

/ QUESTÃO 35.

Constitui Técnicas de Auditoria o conjunto de procedimentos a serem adotados no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria. Portanto, das principais Técnicas de Auditoria Governamental listadas abaixo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) As principais Técnicas de Auditoria Governamental são: Exames Físicos, Circularizações/Confirmações Formais, Exame da Documentação Original, Conferência de Somas e Cálculos, Exame dos Lançamentos Contábeis, Entrevistas, Exames de Livros e Registros Auxiliares, Correlação entre as Informações Obtidas e Observação das Atividades.
- b) A observação é, talvez, a mais específica de todas as técnicas de auditoria. Ela não se aplica à verificação generalizada de problemas, da forma que a fazem, a circularização ou a conferência de cálculos; é, ao contrário, de alguma utilidade em quase todas as fases do exame e não deve jamais ser omitida/negligenciada.
- c) Durante a execução do trabalho, o auditor executará serviços cujas informações estarão relacionadas com outras áreas de controle do auditado. À medida que for sendo observado esse inter-relacionamento, o auditor estará efetuando o procedimento da correlação.
- d) Exame dos Lançamentos Contábeis é o procedimento usado pela auditoria para constatação da veracidade das informações contábeis, fiscais, etc., além de possibilitar levantamentos específicos nas análises, composições de saldos e conciliações.

/ QUESTÃO 36.

Assinale a alternativa **CORRETA** sobre concurso público e servidor público na Constituição de 1988:

- a) O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável duas vezes, por igual período.
- b) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) A proibição de acumular remuneradamente cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias e fundações, mas, não se estende às empresas públicas, sociedades de economia mista.

/ QUESTÃO 37.

Assinale a alternativa **CORRETA** em relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, conforme a Lei nº 8.112/1990, de 11 de dezembro de 1990:

- a) A Lei nº 8.112/1990, de 11 de dezembro de 1990, estabelece o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais, suas empresas públicas e sociedades de economia mista.

- b) A Lei nº 8.112/1990, de 11 de dezembro de 1990, estabelece que as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos nela previstos.
- c) A Lei nº 8.112/1990, de 11 de dezembro de 1990, estabelece que a nomeação será feita exclusivamente em caráter efetivo.
- d) d) A Lei nº 8.112/1990, de 11 de dezembro 1990, estabelece que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

/ QUESTÃO 38.

Amostragem em Auditoria é a aplicação de procedimentos em uma amostra selecionada de forma que todas as unidades da população tenham a mesma chance de serem selecionadas, proporcionando ao auditor uma base razoável para que conclua sobre a população como um todo. Considerando essa definição, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A amostragem em Auditoria pode ser estatística ou não estatística. Ela é estatística quando a seleção dos itens observa o princípio da aleatoriedade na seleção da amostra, ou seja, todos os itens da população possuem a mesma chance de serem selecionados, e o resultado atingido é determinado mediante o uso da teoria da probabilidade.
- b) Teoria da probabilidade permite que se calcule a chance de ocorrência de um fato e um experimento aleatório, que no caso específico permite ao auditor formar sua conclusão para a população como um todo, embora essa conclusão esteja sujeita a um risco de amostragem.
- c) Risco de amostragem é o risco de que a conclusão atingida, com base em amostra, seja diferente da conclusão que seria obtida sobre a população total, caso fosse possível examinar a população como um todo.
- d) O risco de amostragem pode conduzir o auditor a dois tipos de acertos: o primeiro atinge a eficácia do seu trabalho, e o segundo, atinge a eficiência do seu trabalho.
Ambos podem contribuir com o princípio da aleatoriedade na seleção da amostra, ou seja, todos os itens da população possuem a mesma chance de serem selecionados.

/ QUESTÃO 39.

A classificação da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da federação, sendo facultado seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades. Das alternativas abaixo, somente uma corresponde à classificação da receita orçamentária. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Racionalidade.
- b) Aplicabilidade.
- c) Indicador de Resultado Primário.
- d) Frequência.

/ QUESTÃO 40.

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços e que possuem prazo ou valor incerto. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) elenca alguns tipos de provisões, as quais estão nas alternativas abaixo, **EXCETO** uma.

- a) Provisões para riscos trabalhistas.
- b) Provisões para riscos fiscais.
- c) Provisões para riscos decorrentes de contratos de Parcerias Público-Privadas (PPP).
- d) Provisões para riscos de projeções orçamentárias.

/ QUESTÃO 41.

Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito da Lei nº 9.784/1999, de 29 de janeiro 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal:

- a) Os preceitos da Lei nº 9.784/99, de 29 de janeiro de 1999, não se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
- b) A Lei nº 9.784/1999, de 29 de janeiro 1999, estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.
- c) A Administração Pública obedecerá taxativamente aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, não se aplicando outros, por força de disposição expressa da Lei nº 9.784/1999, de 29 de janeiro de 1999.
- d) O administrado tem direitos de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente e ser assistido, obrigatoriamente, por advogado, por força de disposição expressa da Lei nº 9.784/1999, de 29 de janeiro de 1999.

/ QUESTÃO 42.

Monique é servidora pública responsável por licitações e contratos de uma autarquia federal desde 2018. Em 20 de abril de 2021, foi convocada para curso de atualização sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). Assinale a alternativa **CORRETA** com base na interpretação da nova legislação sobre licitações e contratos:

- a) Em 20 de abril de 2021, Monique, durante curso de atualização, constatou que a Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, pode ser aplicada imediatamente em sua repartição ou continuar aplicando a Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, até o prazo de 2 (dois) anos de revogação desta última. Portanto, há vigência simultânea das leis licitatórias com direito de opção na aplicação da nova lei ou da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela administração pública durante o prazo mencionado, vedada a aplicação combinada.
- b) Em 20 de abril de 2021, Monique, durante curso de atualização, constatou que a Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, não pode ser aplicada imediatamente em sua repartição, porque a sobredita lei somente entrará em vigor após 1 (um) ano da data de sua publicação, para proporcionar tempo hábil de implantação e atualização dos atos e procedimentos licitatórios novos.
- c) Em 20 de abril de 2021, Monique, durante curso de atualização, constatou que a Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, não pode ser aplicada imediatamente em sua repartição, porque a sobredita lei somente entrará em vigor após 1 (um) ano e 6 (seis) meses da data de sua publicação, para proporcionar tempo hábil de implantação e atualização dos atos e procedimentos licitatórios novos.
- d) Em 20 de abril de 2021, Monique, durante curso de atualização, constatou que a Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, pode ser aplicada imediatamente em sua repartição ou continuar aplicando a Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, até o prazo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de revogação desta última. Portanto, há vigência simultânea das leis licitatórias com direito de opção na aplicação da nova lei ou da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela administração pública, durante o prazo mencionado, permitida ainda, a aplicação combinada.

/ QUESTÃO 43.

As provisões devem ser reconhecidas quando estiverem presentes os requisitos abaixo, **EXCETO** quando.

- a) Exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados.

- b) Seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação.
- c) Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- d) A provisão existe em razão de a entidade poder evitar o gasto futuro decorrente de suas ações futuras.

/ QUESTÃO 44.

De acordo com a Lei n.º 10.180/2001, de 6 de fevereiro de 2001, art. 20º, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem as seguintes finalidades, **EXCETO** uma.

- a) Apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.
- b) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- c) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

/ QUESTÃO 45.

Sobre o Planejamento de Auditoria, com base na Instrução Normativa CGU n.º 3/2017, de 9 de junho de 2017, assinale a alternativa **INCORRETA**

- a) O planejamento deve considerar as estratégias, os objetivos, as prioridades, as metas da Unidade Auditada e os riscos a que seus processos estão sujeitos. O resultado é um plano de auditoria interna baseado em riscos.
- b) Caso a Unidade Auditada tenha instituído um processo formal de gerenciamento de riscos, a Unidade de Auditoria Interna Governamental deve se comunicar com a alta administração, de forma a coletar informações sobre suas expectativas e obter entendimento dos principais processos e dos riscos associados. Com base nessas informações, a alta administração deverá elaborar seu plano de gestão, priorizando os processos ou unidades organizacionais de menor risco.
- c) O Plano de Auditoria Interna deve considerar a necessidade de rodízio de ênfase sobre os objetos auditáveis, evitando o acúmulo dos trabalhos de auditoria sobre um mesmo objeto, de forma a permitir que objetos considerados de menor risco também possa ser avaliados periodicamente.
- d) As Unidades de Auditoria Interna Governamentais devem estabelecer canal permanente de comunicação com as áreas responsáveis pelo recebimento de denúncias da Unidade Auditada e de outras instâncias públicas que detenham essa atribuição, de forma a subsidiar a elaboração do planejamento e a realização dos trabalhos de auditoria interna.

/ QUESTÃO 46.

Cláudio é servidor público federal de uma Autarquia Federal desde 2019. Seu exercício profissional é realizado, desde então, na função pública com assiduidade, rapidez, perfeição e rendimento com bom conceito. Em 2022, passou a frequentar casas noturnas duvidosas, nas quais há jogos de azar, prostituição e drogas. Ele passou a postar, em sua rede social aberta Instagram sua vida profissional em repartição pública e também suas noitadas agitadas, com seus amigos. Com base no Decreto Federal nº 1.171/1994, de 22 de junho de 1994, sobre as regras deontológicas e principais deveres do Servidor Público no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Cláudio está na condição de servidor público federal estável. Além disso, se continuar cumprindo os deveres fundamentais com rapidez, perfeição e rendimento em bom conceito, não deverá se preocupar com a repercussão de suas postagens no seu Instagram, pois os atos e fatos de seu dia a dia da sua vida privada não podem crescer nem diminuir o seu bom conceito após o estágio probatório.
- b) Cláudio está na condição de servidor público federal estável. Mesmo se continuar cumprindo os deveres fundamentais com rapidez, perfeição e rendimento em bom conceito, deverá se preocupar com a repercussão de suas postagens no seu Instagram, pois os atos e fatos de dia a dia de sua vida privada podem crescer ou diminuir o seu bom conceito de servidor público, mesmo após o estágio probatório.
- c) Cláudio está na condição de servidor público federal estável. Além disso, se continuar cumprindo os deveres fundamentais com rapidez, perfeição e rendimento em bom conceito, não deverá se preocupar com a repercussão de suas postagens no seu Instagram, pois função pública como exercício profissional não se integra na sua vida particular.
- d) Cláudio está na condição de servidor público federal estável. Além disso, se continuar cumprindo os deveres fundamentais com rapidez, perfeição e rendimento em bom conceito, não deverá se preocupar com a repercussão de suas postagens no seu Instagram, pois a função pública de Cláudio não deve ser tida como exercício profissional e, portanto, não se integra na vida privada.

/ QUESTÃO 47.

Assinale a alternativa **CORRETA** quanto aos Crimes contra a Administração Pública, Crimes contra a Ordem Tributária praticados por Funcionários Públicos:

- a) O peculato é crime impróprio, porque não exige a característica subjetiva de funcionário público como sujeito ativo.
- b) Constitui crime funcional contra a ordem tributária extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo, não se tipificando na hipótese de extravio doloso de contribuições sociais.
- c) É fato atípico patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.
- d) Considera-se funcionário público estrangeiro, para os efeitos penais, quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública em entidades estatais ou em representações diplomáticas de país estrangeiro.

/ QUESTÃO 48.

Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito da Lei nº 4.320/1964, de 17 de março de 1964:

- a) O pagamento de despesa é processado em duas únicas fases, isto é, em liquidação e em pagamento.
- b) A Lei nº 4.320/1964, de 17 de março de 1964, estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços exclusivamente da União, autarquias e fundações públicas federais.
- c) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- d) O pagamento da despesa poderá ser efetuado mesmo antes de ordenada sua regular liquidação para garantir a satisfação do direito do credor.

/ QUESTÃO 49.

Sobre a Lei nº 14.129/2021, de 29 de março de 2021, que institui o Governo Digital, assinale a alternativa **CORRETA**:

-
- a) Na aplicação da Lei nº 14.129/2021, de 29 de março de 2021, deverá ser observada a Lei de Acesso à Informação, a Lei Geral de Proteção de Dados, sendo facultativa a observância do Código Tributário Nacional, por uma questão de eliminação de formalidades e de exigências cujos custos econômicos ou sociais sejam superiores aos riscos envolvidos.
 - b) Aplica-se a Lei nº 14.129/2021 de 29 de março de 2021, às empresas públicas e às sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que prestam serviços públicos.
 - c) Aplica-se a Lei nº 14.129/2021, de 29 de março e 2021, às empresas públicas e às sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que exploram atividade econômica.
 - d) Aplica-se a Lei nº 14.129/2021, de 29 de março de 2021, às autarquias, excluindo-se as fundações públicas de seu âmbito de vigência.

/ QUESTÃO 50.

De acordo com a Instrução Normativa CGU n.º 3/2017, de 9 de junho de 2017, a Unidade de Auditoria Interna Governamental deve avaliar e, quando necessário, recomendar a adoção de medidas apropriadas para a melhoria do processo de governança da Unidade Auditada no cumprimento dos objetivos listados abaixo, **EXCETO** um.

- a) Coordenar a auditoria e o controle interno entre o conselho e a Unidade Auditada.
- b) Promover a ética e os valores apropriados no âmbito da Unidade Auditada.
- c) Assegurar o gerenciamento eficaz do desempenho organizacional e accountability.
- d) Comunicar as informações relacionadas aos riscos e aos controles às áreas apropriadas da Unidade Auditada.

FOLHA DE
REDAÇÃO

CPF: _____

Nº Insc.: _____

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CPF: _____

Nº Insc.: _____

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	